



Assembleia Legislativa

Ao Presidente da Comissão de

Justiça
para os devidos fins.

Em 05/01/2022

Conceição de Maria Lages Rodrigues
Chefe do Núcleo Comissões Técnicas

Ao Deputado

FRANCISCO LIMA
para relatar.

Em 22/11/2021

Presidente da Comissão de Constituição
e Justiça

Antônio Henrique de Carvalho Pires
DEPUTADO ESTADUAL



Assembleia Legislativa do Estado do Piauí
Gabinete do Deputado Estadual **Francisco Limma**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PARECER AO PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 51 DE NOVEMBRO DE 2022.

PROCESSO AL Nº _____/22

RELATOR: DEPUTADO FRANCISCO LIMMA

I - RELATÓRIO E VOTO

APROVADO À UNANIMIDADE EM, <u>13 / 12 / 22</u>
PRESIDENTE DA COMISSÃO DE: <u>Justiça</u>

Foi enviado para a relatoria deste Deputado, o projeto de Decreto Legislativo nº 51 de novembro de 2022, de autoria do Excelentíssimo Senhor Deputado Fábio Novo, que tem a seguinte ementa: **"DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DO TÍTULO HONORÁRIO DE CIDADANIA PIAUIENSE AO SR. CARLOS ALBERTO RODRIGUES SETÚVAL."**

Natural da Bahia, Carlos Alberto Rodrigues Setúval é natural de Pilão Arcado, Bahia e nasceu em 1948. Chegou em Bom Jesus (PI) em 1976, Professor aposentado da Rede Pública Estadual de Ensino do Piauí, Professor em atividade da Pública Municipal de Ensino da Cidade de Bom Jesus (PI), foi diretor de várias Unidades Escolares de Bom Jesus (PI), foi Vice Diretor do Colégio Agrícola Municipal de Bom Jesus (PI).

Foi Presidente e Fundador da liga desportiva de Bom Jesus (PI) em 1978 e autor do livro "Evolução Política do Município de Bom Jesus (1999) e Vereador de Bom Jesus (1983/1988).

Analisando os aspectos constitucionais e legais, observo que a proposição atende aos requisitos do artigo 75 da Constituição do Estado quanto à sua iniciativa, bem como aos requisitos estabelecidos nos artigos 27, V, "g" 96, I, 97, 105 e 106 do Regimento Interno desta Casa quanto à legalidade, juridicidade e técnica legislativa.

Por todo o exposto e reconhecendo a boa intenção do projeto, **minha manifestação é favorável à aprovação do referido projeto.**

II - DO PARECER DA COMISSÃO

A Comissão de Constituição e Justiça, após a discussão e votação da matéria, delibera;

() Pelo acatamento do voto do relator () Pela rejeição do voto do relator,

SALA DAS COMISSÕES DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, em Teresina, 13 de dezembro de 2022.

Dep. Francisco Limma/PT

Av. Mal. Castelo Branco, 201 - Cabral - Teresina/PI (86) 3133-3022
E-mail: gab13limma@gmail.com